



JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA

SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E ENGENHARIA (PB-SAPE)

ANEXO Nº 3751593

**PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO**

**CADERNO DE ENCARGOS INDIRETOS E GERAIS**

(ANEXO)



**JFBP | JUSTIÇA DE FEDERAL NA PARAÍBA – SUBSEÇÃO  
JUDICIÁRIA DE GUARABIRA**

**Rua Augusto Almeida, 258 – Bairro Novo, Guarabira/ PB. CEP – 58200-000**

**OBJETO:** Obras de reforma, adequação e modernização das instalações físicas e sistemas prediais do edifício da Subseção Judiciária de Guarabira/PB.

CONTROLE DE REVISÕES

Data	Descrição
29/08/2023	Emissão inicial
31/08/2023	Versão final

## **I - INTRODUÇÃO**

### **1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

**1.1.** O objeto deste caderno técnico de encargos é detalhar, de forma suplementar, os encargos indiretos e gerais da empresa Contratada referentes à obra de reforma, adequação e modernização das instalações físicas e sistemas prediais do edifício sede da Subseção Judiciária de Guarabira, **situado à Rua Augusto de Almeida, nº 258, Bairro Novo, Guarabira/PB.**

**1.2.** Serão executados no escopo da contratação as seguintes reformas, adequações e modernizações, entre outras:

- a) construção de nova área de recepção e controle de acesso;
- b) ajustes e adequações de layouts internos;
- c) construção de banheiro para o gabinete do juiz substituto;
- d) ampliação de área para depósito/almojarifado;
- e) construção de salas para instalação de escritório da OAB e para Segurança Institucional;
- f) ajustes, adequações e reforma de instalações prediais elétricas, hidrossanitárias e de rede estruturada de dados e voz;
- g) sinalização, PCI e acessibilidade.

**1.3.** Todos os custos diretos e indiretos decorrentes dos encargos gerais e dos processos produtivos/executivo deverão ser considerados na composição do custo final dos serviços, não sendo devido qualquer acréscimo de valor ao preço unitário proposto por unidade de serviço.

**1.4.** Tratando-se de **empreitada de labor e de materiais** na qual a empresa Contratada deverá realizar todas as atividades técnicas, operacionais e de logísticas necessárias e suficientes à completa execução dos serviços e fornecimento dos materiais/equipamentos indicados nos projetos técnico-executivos, memoriais descritivos, cadernos técnicos de especificações, orçamento-base e cronograma físico-financeiro, bem como neste caderno encargos indiretos e gerais, sem qualquer ônus adicional em relação ao previsto na respectiva planilha orçamentária pactuada.

**1.5.** Para efeitos da compreensão do disposto neste caderno técnico, tem-se as seguintes definições:

- a) ITEM - é cada parcela de atividade que compõe o serviço total de engenharia, constando necessariamente como componentes unitários do objeto Projeto Básico e Executivo;
- b) OBRA – é o conjunto de serviços que compõe o escopo da contratação e constam detalhados no Projeto Básico e Executivo (e seus anexos);
- c) PARTICULAR/CONTRATADA – é utilizado para se referir à empresa interessada na execução dos presentes serviços;
- d) ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO/CONTRATANTE – é utilizado para se referir à Justiça Federal do Primeiro Grau na Paraíba;
- e) FISCALIZAÇÃO – será sempre empregada para se referir à Equipe de Gestão e Fiscalização que representa a Administração perante o particular Contratado;
- f) PROJETO - será entendido como o conjunto dos desenhos técnicos, especificações e demais elementos gráficos, contendo as informações técnicas relativas à execução dos serviços;

**1.6.** Em caso de **divergências** entre os diversos documentos que compõem o PROJETO BÁSICO E

EXECUTIVO (e seus anexos), deverão ser aplicadas as seguintes regras:

- a) se entre o texto contido nestas regras, condições e parâmetros complementares do Projeto Básico e Executivo e um de seus anexos, PREVALECERÁ AQUELE;
- b) se entre os projetos técnicos-executivos e respectivos memoriais descritivos e especificações, PREVALECERÃO ESTES;
- c) se entre planilhas orçamentárias e memoriais descritivos e especificações, PREVALECERÃO ESTES;
- d) se entre planilhas orçamentárias e projetos técnicos, PREVALECERÃO ESTES; e,
- e) caso determinada exigência, encargo ou serviço apenas conste nestas regras, condições e parâmetros complementares do Projeto Básico e Executivo, nos projetos técnicos-executivos, nos memoriais descritivos e cadernos de especificações **ou** nas planilhas orçamentárias, deverá ser executada pela Contratada, observado o alcance e a finalidade do escopo contratual.

## **II – ENCARGOS GERAIS DO PARTICULAR**

**2.1.** Os materiais e equipamentos a serem fornecidos, bem como os serviços a serem executados pela empresa Contratada deverão observar rigorosamente as especificações, detalhes e condições fixados do Projeto Básico e Executivo (e seus anexos), e deverão obedecer rigorosamente:

- a) às regras e especificações constantes dos cadernos técnicos, bem como aos respectivos projetos técnicos e detalhes construtivos;
- b) às normas da ABNT;
- c) às disposições legais federais, estaduais e municipais vigentes;
- d) aos regulamentos das empresas concessionárias;
- e) às prescrições e recomendações dos fabricantes;
- f) às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT.

**2.2.** O fornecimento e emprego de materiais/equipamentos e as execução dos serviços que compõem a obra deverão observar rigorosamente:

- a) as marcas, fabricantes, modelos ou referências dos materiais especificados no Projeto Básico e Executivo (e seus anexos);
- b) as tecnologias e metodologias técnico-executivas especificadas no Projeto Básico e Executivo (e seus anexos);
- c) os prazos e etapas previstas no respectivo cronograma físico-financeiro;
- d) demais condições, encargos e obrigações técnicas e acessórias previstas nos projetos técnicos, memoriais, cadernos de especificações, planilhas e deste caderno técnico de encargos indiretos e gerais.

**2.3.** Serão admitidos fornecimentos e execuções EQUIVALENTES/SIMILARES aos especificados, desde que as seguintes **condições e critérios** sejam observados que:

- a) as circunstâncias e condições técnicas, mercadológicas e/ou locais tornarem aconselhável a **substituição de materiais/equipamentos e/ou de metodologias executivas** especificados, a critério e expressa autorização da Fiscalização, desde que haja comprovado FATO SUPERVENIENTE que justifique e seja garantida a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da contratação;
- b) dois materiais, equipamentos ou serviços apresentam equivalência ou similaridade **se apresentarem os seguintes REQUISITOS:**

**b.1) similaridade técnica:** por meio da demonstração de que desempenharem idênticas funções/finalidades, apresentam as mesmas características exigidas nas especificações técnicas, são de mesmas qualidades/redimentos/durabilidades e atendem às mesmas normas técnicas (ABNT); e,

**b.2) similaridade econômica:** por meio da demonstração de paridade de preços de mercado (pesquisa de preços).

- c) cabe a Contratada submeter à apreciação da Fiscalização amostras dos materiais ou equipamentos a serem utilizados na execução dos serviços antes da aquisição, bem como demonstrar os REQUISITOS DE EQUIVALÊNCIA/SIMILARIDADE, para fins de análise e aprovação expressa da Fiscalização;
- d) as despesas decorrentes de tais demonstrações correrão por conta da Contratada, salvo se a substituição for realizada por propositura da Administração contratante;
- e) havendo aceitação de substituição de materiais/equipamentos e/ou metodologias executivas por equivalentes/similares, deverá ser reestabelecido o equilíbrio econômico-financeiro inicial, **caso haver diferença superior a 10%**, para mais ou para menos, entre os preços de mercado; e,
- f) no caso de comprovado interesse público na substituição de material, equipamento ou serviço por equivalente ou similar, caberá à Fiscalização fazer a proposta justificadamente e não se aplicam os requisitos previstos na alínea "b" deste item, devendo sempre ser garantido o equilíbrio econômico-financeiro inicial da contratação.

**2.4.** As situações não abordadas serão definidas pela FISCALIZAÇÃO, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para os serviços em tela.

**2.5.** Quaisquer dos itens mencionados neste documento e não incluídos nos projetos, detalhes e cadernos técnicos, ou vice-versa, terão a mesma significação como se figurassem em todos, sendo a sua execução de responsabilidade do PARTICULAR.

**2.6.** Os projetos, as planilhas, os memoriais descritivos, cadernos de especificações técnico-executivas e o presente caderno **complementam-se entre si**, objetivando tornarem-se claras e completas todas as condições de concepção e execução do objeto em tela.

**2.7.** Nenhuma modificação poderá ser feita nos desenhos e nas especificações dos projetos, sem autorização expressa da FISCALIZAÇÃO, consultados os respectivos projetistas.

**2.8.** Em nenhuma hipótese, o PARTICULAR poderá alegar engano ou erro nos projetos ou nos cadernos técnicos para justificar qualquer incorreção na execução dos serviços, pois seu responsável técnico comparecerá diariamente ao local de sua realização e não poderá executar itens supostamente projetados de forma errada.

**2.9.** O projeto ou *layout* do canteiro (ou local) de execução do escopo contratual, se necessário, deverá ser elaborado e submetido à aprovação da FISCALIZAÇÃO, antes do início dos serviços.

**2.10.** O canteiro deve ser projetado em observância à boa técnica e à preservação do meio ambiente, conforme detalhes indicados nos projetos técnicos; qualquer placa a ser instalada no canteiro deverá ser submetida à aprovação da FISCALIZAÇÃO.

**2.11.** Os equipamentos e materiais que o particular Contratado levar para o canteiro ou as instalações por ele executadas e destinadas ao desenvolvimento de seus trabalhos só poderão ser retirados do local com a autorização prévia e formal da FISCALIZAÇÃO.

**2.12.** Todos os materiais e equipamentos a serem empregados na obra serão novos (de primeiro uso), de boa qualidade e tecnicamente compatíveis com os projetos e cadernos técnicos (e com as normas vigentes), devendo ser submetidos à aprovação da FISCALIZAÇÃO.

**2.13.** Se julgar necessário, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar ao PARTICULAR a apresentação de informação, por escrito, dos locais de origem ou de certificados de conformidade ou de ensaios. Os ensaios e as verificações serão providenciados pelo PARTICULAR, sem ônus para a Administração, e executados por laboratórios reconhecidos pela ABNT ou outros aprovados pela FISCALIZAÇÃO.

**2.14.** Os equipamentos e materiais que não sejam conformes com as especificações técnicas serão recusados pela FISCALIZAÇÃO e não poderão permanecer estocados no canteiro.

**2.15.** Os materiais inflamáveis só poderão ser depositados em áreas autorizadas expressamente pela FISCALIZAÇÃO, devendo o PARTICULAR providenciar, às suas expensas, para estas áreas, os dispositivos de proteção contra incêndios, nos termos das normas técnicas e da legislação específica vigente.

**2.16.** As cores de quaisquer materiais e pinturas a serem executadas serão definidas ou confirmadas previamente pela FISCALIZAÇÃO no momento oportuno, consultados os autores dos projetos.

**2.17.** O PARTICULAR deverá precaver-se e zelar permanentemente para que as suas operações não provoquem danos físicos ou materiais a terceiros, nem interfiram negativamente no meio ambiente e no tráfego das vias públicas que utilizar ou que estejam localizadas nas proximidades dos locais de realização dos serviços.

**2.18.** Os detritos resultantes das operações de transportes ao longo de qualquer via pública adjacente serão removidos imediatamente pelo PARTICULAR, às suas expensas.

**2.19.** O PARTICULAR ficará responsável pela proteção de toda a propriedade pública e/ou privada, linhas de transmissão de energia elétrica, adutoras, telégrafo ou telefone, duto de esgoto e drenagem pluvial e outros serviços de utilidade pública, na área dos serviços e ou suas adjacências, devendo corrigir, imediatamente, às suas expensas, quaisquer avarias que nelas provocar.

**2.20.** As normas de segurança constantes dos cadernos técnicos não desobrigam o PARTICULAR do cumprimento de outras disposições legais federais, estaduais e municipais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais inaceitáveis na execução dos serviços.

**2.21.** O PARTICULAR cuidará para que os serviços a serem executados acarretem a menor perturbação possível às vias de acesso e a todo e qualquer bem, público ou privado.

**2.22.** Todas as questões, reclamações, demandas judiciais, ações por perdas ou danos e indenizações oriundas de danos causados pelo PARTICULAR serão de sua inteira responsabilidade.

**2.23.** O PARTICULAR cuidará para que o transporte de cargas especiais seja feito sem causar danos ou interrupções nas vias públicas de acesso ao local de realização dos serviços; serão escolhidos trajetos e veículos adequados e controladas as cargas, a fim de compatibilizar as solicitações com os meios de acesso disponíveis.

**2.24.** Se o PARTICULAR necessitar deslocar para o local de execução dos serviços qualquer equipamento, completo ou em partes, que possa acarretar danos nas vias públicas (por pavimentos, pontes, viadutos, canalizações ou outras instalações), deverá comunicar o fato à FISCALIZAÇÃO, juntamente com as providências pertinentes à proteção das vias públicas. Fica o PARTICULAR responsável pela efetivação de todas as providências necessárias junto a órgãos públicos federais, estaduais e municipais, a entidades privadas e a pessoas físicas e/ou jurídicas envolvidas, conforme o caso.

**2.25.** Cumpre ao PARTICULAR providenciar pessoal habilitado necessário e suficiente à execução dos serviços, até o cumprimento integral da obra, observando-se a legislação trabalhista vigente.

**2.26.** Os representantes da FISCALIZAÇÃO darão suas instruções diretamente ao preposto do PARTICULAR.

**2.27.** Os representantes da FISCALIZAÇÃO e toda pessoa autorizada pela mesma terão livre acesso aos locais de execução dos serviços e ao canteiro, bem como aos locais de estocagem e/ou fabricação de materiais e equipamentos relativos ao objeto ora especificado.

**2.28.** A equipe técnica do PARTICULAR, responsável pelos serviços, deverá contar com profissionais especializados e devidamente habilitados para desenvolverem as diversas atividades necessárias à execução dos serviços.

**2.29.** A qualquer tempo a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica do PARTICULAR, desde que entenda, a seu exclusivo critério, que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos.

**2.30.** O PARTICULAR deverá providenciar diário eletrônico para fins de acompanhamento e fiscalização da execução da obra, observada a obrigatoriedade, formatação e os registros previstos na legislação do CONFEA vigente.

**2.31.** O PARTICULAR cuidará para que todas as partes do canteiro e dos próprios locais de execução de serviços **permaneçam sempre limpos e arrumados**, com os materiais estocados e empilhados em local apropriado, por tipo e qualidade. Providenciará, ainda, a **retirada imediata de detritos dos acessos e das áreas e vias internas e adjacentes ao canteiro** ou ao local de execução dos serviços que tenham sido resultado de operações relativas aos serviços.

**2.32.** A remoção de todo entulho para fora do canteiro e para local permitido pela Prefeitura Municipal será feita pelo PARTICULAR, a seu ônus exclusivo.

**2.33.** As instalações provisórias de canteiro ou proteção de local de execução deverão apresentar sempre bom aspecto, não sendo admitidas construções desalinhadas, desleixo nas instalações, barracões que não inspirem segurança ou higiene nem sejam desagradáveis à vista ou ao uso dos empregados da CONTRATADA.

**2.34.** Os níveis de segurança e higiene a serem providenciados pelo PARTICULAR aos usuários dos locais de execução dos serviços serão, no mínimo, os determinados nas Normas de Segurança e Saúde no Trabalho.

**2.35.** O PARTICULAR cuidará integralmente de **segurança/vigilância do canteiro e das instalações provisórias** destinadas à execução da obra, sem qualquer ônus adicional, não reduzindo ou eliminando o presente encargo o fato de existir vigilância armada ou eletrônica da Instituição instalada na edificação.

**2.36.** O PARTICULAR interessado, antes de apresentar sua proposta deverá analisar os projetos, consultar as especificações e vistoriar o local dos serviços, mensurando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo dos preços que propuser.

**2.37.** Ao PARTICULAR cabe elaborar, às suas expensas, desenhos de execução e detalhamentos adicionais (plano de gestão e execução dos serviços), sempre que solicitado pela FISCALIZAÇÃO.

**2.38.** Os desenhos de execução e os detalhamentos adicionais, quando necessários, poderão ser entregues por partes, de acordo com as prioridades e em função do cronograma de execução, em uma via impressa (e por via digital).

**2.39.** Para os serviços objeto deste caderno técnico, caberá ao PARTICULAR fornecer e conservar equipamentos mecânicos e o ferramental necessários, usar mão-de-obra hábil e idônea (legalmente contratada), agrupando permanentemente no serviço uma equipe homogênea e suficiente de operários, mestre e preposto (engenheiro responsável), encarregados pelo progresso satisfatório dos serviços, bem como para obter materiais necessários em quantidade e qualidade suficientes para a conclusão do objeto no prazo fixado.

**2.40.** A FISCALIZAÇÃO não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade do PARTICULAR a terceiros, sejam fabricantes, empregados, técnicos, subempreiteiros, etc.

**2.41.** A FISCALIZAÇÃO poderá admitir as subempreitadas que previamente aprovar, a seu exclusivo critério, sem que tal aprovação implique qualquer aceitação de transferência de responsabilidade; tais subempreitadas ficarão adstritas às parcelas “acessórias” ou não essenciais do objeto.

**2.42.** Não será permitida ao PARTICULAR a implantação de alojamento para seus funcionários dentro dos limites de execução do serviço. Também não será permitida a instalação de cantinas nem preparação de refeições (somente sob expressa autorização da FISCALIZAÇÃO).

**2.43.** Caso o PARTICULAR venha, em decorrência de suas operações, prejudicar áreas não incluídas no setor de seu trabalho, ele estará obrigado a recuperá-las de modo a deixá-las em conformidade com o seu estado original.

**2.44.** Quando houver necessidade de movimentar ou modificar outros equipamentos e elementos existentes no local dos serviços a fim de facilitar a sua execução, o PARTICULAR deverá solicitar previamente à FISCALIZAÇÃO autorização para tais deslocamentos e modificações.

**2.45.** Ficarão a cargo do PARTICULAR todos os transportes, internos e externos, de materiais, equipamentos, ferramentas e pessoal necessários à execução dos serviços.

**2.46.** Correrá por conta exclusiva do PARTICULAR a responsabilidade por quaisquer acidentes na execução dos serviços objeto deste caderno técnico, pelo uso indevido de patentes registradas e pela destruição ou dano aos demais imóveis da vizinhança ou obras em construção, até sua definitiva aceitação.

**2.47.** Não poderão ser realizados no local de execução dos serviços, ou no canteiro, processos industriais ou construtivos que empreguem produtos, produzam e/ou desprendam resíduos corrosivos ou tóxicos sólidos, líquidos, pulverulentos ou gasosos, em especial:

- a) decapagem ou limpeza química de metais; e
- b) qualquer processo de eletrodeposição química.

**2.48.** Processos industriais ruidosos, a exclusivo critério da FISCALIZAÇÃO, poderão ser empregados desde que o local onde se desenvolvam sejam providos de tratamento acústico para que os níveis de ruído externo junto ao elemento divisor sejam inferiores a:

- a) 85 dB em frequências abaixo de 100 Hz;
- b) 75 dB em frequências entre 100 e 500 Hz;
- c) 70 dB em frequências entre 500 e 1000 Hz; e,
- d) 65 dB em frequências acima de 1000 Hz.

**2.49.** Processos executivos cujos níveis de **ruído, odor ou qualquer incômodo ambiental** seja prejudicial ao regular desenvolvimento dos serviços jurisdicionais regulares, deverão ser realizados no **período noturno** ou em

**finais de semana ou feriados**, sem quaisquer acréscimos aos valores inicialmente propostos, nos termos determinados pela FISCALIZAÇÃO.

**2.50.** Poderá ser realizada limpeza por jato de areia, pintura industrial por revólver, imersão ou eletrostática, desde que em ambientes fechados e climatizados e ainda com adequados equipamentos de proteção individual, coletiva e ambiental.

**2.51.** Em qualquer caso de emprego ou utilização de processos de industrialização, o PARTICULAR demandará a FISCALIZAÇÃO, que se manifestará sobre o assunto.

**2.52.** O impedimento pela FISCALIZAÇÃO para realização de processos de industrialização **não acarretará acréscimos aos preços propostos**, sejam decorrentes de transportes, carga e descarga, embalagem ou acondicionamento, tributos de qualquer natureza, aumento de mão-de-obra ou quaisquer outros.

**2.53.** Também não acarretarão quaisquer acréscimos aos preços propostos as exigências da FISCALIZAÇÃO relativas à instalação, colocação, emprego ou utilização de equipamentos de proteção individual, coletiva e ambiental e outros que julgarem necessários.

**2.54.** O PARTICULAR deve dispor da totalidade dos conhecimentos técnicos, gerenciais, administrativos e dos meios de produção necessários, suficientes e adequados à execução dos serviços para a realização do presente objeto, os quais deverão ser empregados com eficiência e eficácia na consecução do objeto ora proposto, não lhe cabendo qualquer pleito de alteração dos valores contratados pela substituição de métodos e meios de produção incompatíveis com os serviços, considerado o conjunto dos serviços a realizar nas quantidades, prazos e qualidade requeridos.

**2.55.** O julgamento da compatibilidade de métodos e meios de produção com a execução dos serviços será sempre faculdade intransferível e irrecorrível da FISCALIZAÇÃO, mediante parecer técnico.

**2.56.** É da competência do PARTICULAR registrar no “diário eletrônico” todas as ocorrências diárias, bem como especificar detalhadamente os serviços em execução e a força de trabalho em atividade, devendo a FISCALIZAÇÃO, fazer os registros de ressalva caso não concorde ou não haja relação com realidade.

**2.57.** Ocorrendo eventos que ensejem dias improdutivos, passíveis de prorrogação de prazo, ou em qualquer outro caso que represente prejuízo ao andamento dos serviços, o PARTICULAR deve registrar o fato no “diário eletrônico”, no prazo máximo de 48 horas, sob pena de decair o direito de registro ou reivindicação.

**2.58.** As despesas com despachantes, equipe técnica especializada, deslocamentos de empregados e profissionais, transporte interno e externo, horizontal e vertical, de materiais e equipamentos, impressões de projetos, planilhas, relatórios, e livros, teste e ensaios técnicos, projetos de “as built”, etc., que não forem computadas nos itens próprios da planilha orçamentária serão sempre consideradas como incluídas no custo da administração central da PARTICULAR.

**2.59.** Serão incorporadas aos preços dos serviços, além das despesas com fornecimento de materiais, equipamentos e de mão-de-obra essenciais à sua execução, também todas as decorrentes do emprego, aplicação ou utilização de:

- a) ferramentas manuais, elétricas ou não;
- b) ferramentas de corte e/ou desbaste;
- c) transportes internos de materiais;
- d) escoramentos;

e) outras.

**2.60.** Serão incorporados aos preços perdas ou desperdícios de insumos diretos ou indiretos, mão-de-obra, bem como outros serviços auxiliares necessários e não individualizados como itens de custo próprio na planilha orçamentária.

**2.61.** Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos serviços aqui descritos (salvo aqueles decorrentes de possíveis modificações determinadas pela Administração); os custos respectivos deverão estar incluídos nos preços unitários constantes da proposta aduzida pelo PARTICULAR no procedimento licitatório.

**2.62.** O PARTICULAR será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao presente objeto, inclusive pelas subcontratadas, fornecedores, técnicos, empregados e/ou prepostos.

**67.** Referente à execução dos serviços objeto deste caderno técnico, o PARTICULAR obriga-se a (se for o caso):

- a) providenciar junto ao **CREA e/ou CAU** as anotações de responsabilidade técnica pertinentes;
- b) obter junto ao **INSS** o Certificado de Matrícula relativo ao objeto do contrato, de forma a possibilitar o licenciamento da execução dos serviços, nos termos da legislação vigente, quando for o caso;
- c) obter junto à **Prefeitura Municipal** o alvará dos serviços na forma das disposições em vigor, se for o caso;
- d) apresentar à **Superintendência Regional do Trabalho**, antes do início dos trabalhos, as informações pertinentes à sua identificação e ao objeto do contrato, bem como o Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - **PCMAT**, de conformidade com a Portaria Específica de Segurança e Saúde no Trabalho, se for o caso;
- e) responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objeto do contrato;
- f) atender às normas e portarias sobre segurança e saúde no trabalho e providenciar os seguros exigidos em lei, na condição de única responsável por acidentes e danos que eventualmente causar às pessoas físicas e jurídicas, direta ou indiretamente, envolvidas nos serviços objeto do contrato;
- g) efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o Recebimento Definitivo dos serviços.

**2.63.** Quanto aos projetos (ou desenhos gráficos) necessários para execução dos serviços objeto deste caderno técnico:

- a) a Administração fornecerá ao PARTICULAR todos os projetos e cadernos técnicos para execução dos serviços que compõem o objeto deste caderno técnico, ressalvados projetos ou desenhos que se façam necessários ao melhor detalhamento ou execução dos serviços;
- b) a Administração fornecerá, em tempo hábil, os projetos para serem submetidos à aprovação pelos órgãos federais, estaduais, municipais e concessionárias de serviços públicos que exerçam controle sobre a execução dos serviços, se for o caso;
- c) o PARTICULAR deverá executar os serviços em conformidade com desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de Projeto Básico, bem como com as informações e instruções contidas neste caderno;
- d) todos os elementos de projeto deverão ser minuciosamente estudados pelo PARTICULAR, antes e durante a execução dos serviços, devendo informar à Fiscalização sobre qualquer eventual incoerência, falha ou omissão que for constatada;
- e) nenhum trabalho adicional ou modificação do projeto fornecido pela Administração será efetivado pelo PARTICULAR sem a prévia e expressa autorização da Fiscalização, respeitadas todas as disposições e condições estabelecidas nos cadernos técnicos;
- f) eventuais **modificações** no projeto durante a execução dos serviços serão **documentadas**, em sua totalidade, **pelo PARTICULAR**, que registrará as revisões e complementações dos elementos integrantes do projeto, incluindo os desenhos “como executados” (**as built**);

g) desde que prevista no projeto, o PARTICULAR submeterá previamente à aprovação da Fiscalização toda e qualquer alternativa de aplicação de materiais, serviços e equipamentos a ser considerada na execução dos serviços objeto do termo de contrato, devendo comprovar rigorosamente a sua equivalência, de conformidade com os requisitos e condições estabelecidas nos projetos, detalhamentos, cadernos de especificações e de encargos, termo de referência e orçamento;

h) os projetos de fabricação e montagem de componentes, instalações e equipamentos, elaborados com base no projeto fornecido pela Administração, como os de estruturas metálicas, caixilhos, esquadrias, instalações elétricas, hidráulicas, mecânicas e de utilidades, deverão ser previamente submetidos à aprovação da Fiscalização.

#### **2.64. Quanto à segurança e saúde no trabalho (se for o caso):**

a) antes do início dos trabalhos, o PARTICULAR deverá apresentar à Fiscalização as medidas de segurança a serem adotadas durante a execução dos serviços, em atendimento aos princípios e disposições da ABNT;

b) o PARTICULAR fornecerá aos funcionários todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) exigidos pela ABNT, tais como: capacetes e óculos especiais de segurança, protetores faciais, luvas e mangas de proteção, protetor/bloqueador solar, botas de borracha e cintos de segurança, de conformidade com a natureza dos serviços em execução;

c) o PARTICULAR manterá organizadas, limpas e em bom estado de higiene as instalações do canteiro, especialmente, as vias de circulação, passagens e escadarias, refeitórios, coletando e removendo regularmente as sobras de materiais, entulhos e detritos em geral;

d) o PARTICULAR deverá estocar e armazenar os materiais de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e a circulação de materiais, obstruir portas e saídas de emergência e impedir o acesso de equipamentos de combate a incêndio;

e) o PARTICULAR manterá no canteiro equipamentos de proteção contra incêndio;

f) caberá ao PARTICULAR comunicar à Fiscalização e, nos casos de acidentes fatais, à autoridade competente, da maneira mais detalhada possível, por escrito, todo tipo de acidente que ocorrer durante a execução dos serviços, inclusive princípios de incêndio;

g) cumprirá ao PARTICULAR manter, no canteiro, medicamentos básicos e pessoal orientado para os primeiros socorros nos acidentes que ocorram durante a execução dos trabalhos, nos termos da ABNT;

h) caberá ao PARTICULAR manter vigilância permanente que controle a entrada e saída de materiais, máquinas, equipamentos e pessoas, bem como manter a ordem e disciplina em todas as dependências do canteiro;

i) o PARTICULAR realizará inspeções periódicas no canteiro, a fim de verificar o cumprimento das medidas de segurança adotadas nos trabalhos, o estado de conservação dos equipamentos de proteção individual e dos dispositivos de proteção de máquinas e ferramentas que ofereçam riscos aos trabalhadores, bem como a observância das demais condições estabelecidas pelas normas de segurança e saúde no trabalho.

#### **2.65. Durante a execução dos serviços, deverá o PARTICULAR (se for o caso):**

a) submeter à aprovação da FISCALIZAÇÃO, até 05 dias após assinatura do termo de contrato, o projeto das instalações provisórias ou canteiro compatível com o porte e características do objeto do Contrato, definindo todas as áreas de vivência, dependências, espaços, instalações e equipamentos necessários ao andamento dos serviços;

b) manter no local dos serviços: empregados, materiais e equipamentos em número, e com qualificação e especialização adequados ao cumprimento do cronograma do contrato;

c) submeter à aprovação da FISCALIZAÇÃO, até 05 (cinco) dias após a assinatura do termo de contrato, o plano de execução e os cronogramas detalhados dos serviços, elaborados em conformidade com o cronograma físico-financeiro proposto e técnicas adequadas de planejamento;

d) providenciar para que os materiais, mão-de-obra e demais suprimentos estejam em tempo hábil nos locais de execução, de modo a satisfazer as necessidades previstas no cronograma e plano de execução dos serviços objeto do contrato;

e) alocar os recursos necessários à administração e execução dos serviços, inclusive os destinados ao pagamento

de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato;

f) submeter previamente à aprovação da FISCALIZAÇÃO eventuais ajustes no cronograma e plano de execução dos serviços, de modo a mantê-la perfeitamente informada sobre o desenvolvimento dos trabalhos;

g) submeter previamente à aprovação da FISCALIZAÇÃO qualquer modificação nos métodos construtivos originalmente previstos no plano de execução dos serviços;

h) executar os ajustes, nos serviços concluídos ou em execução, determinados pela FISCALIZAÇÃO;

i) comunicar imediatamente à FISCALIZAÇÃO qualquer ocorrência de fato anormal ou extraordinário no local dos trabalhos;

j) submeter à aprovação da FISCALIZAÇÃO os protótipos ou amostras dos materiais e equipamentos a serem aplicados nos serviços objeto do contrato;

k) realizar, através de laboratórios previamente aprovados pela Fiscalização, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos;

l) evitar interferências com as propriedades, atividades e tráfego de veículos na vizinhança do local dos serviços, programando adequadamente as atividades executivas;

m) providenciar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos a vistoria e regularização dos serviços concluídos, como a Prefeitura Municipal - Habite-se ou Certificado de Conclusão, se for o caso;

n) retirar em até 5 (cinco) dias, após o recebimento provisório, todo pessoal, máquinas, equipamentos, materiais, e instalações provisórias do local dos trabalhos, deixando todas as áreas do canteiro limpas e livres de entulhos e detritos de qualquer natureza.

#### **2.66. Concluída a execução dos serviços (se for o caso):**

a) O PARTICULAR, durante 05 anos após o Recebimento Definitivo dos serviços, responderá por sua qualidade e segurança nos termos da legislação vigente, devendo efetuar a reparação de quaisquer falhas, vícios, defeitos ou imperfeições que se apresentem nesse período, independentemente de qualquer pagamento do Contratante;

b) A presença da FISCALIZAÇÃO durante a execução dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com o PARTICULAR, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços, inclusive pelos serviços executados por suas subcontratadas, na forma da legislação em vigor;

c) Se o PARTICULAR recusar, demorar, negligenciar ou deixar de eliminar as falhas, vícios, defeitos ou imperfeições apontadas, poderá o Contratante efetuar os reparos e substituições necessárias, seja por meios próprios ou de terceiros, transformando-se os custos decorrentes, independentemente do seu montante, em dívida líquida e certa do PARTICULAR;

d) O PARTICULAR responderá diretamente por todas e quaisquer perdas e danos causados em bens ou pessoas, inclusive em propriedades vizinhas, decorrentes de omissões e atos praticados por seus funcionários e prepostos, fornecedores e subcontratados, bem como originados de infrações ou inobservância de leis, decretos, regulamentos, portarias e posturas oficiais em vigor, devendo indenizar o Contratante por quaisquer pagamentos que seja obrigado a fazer a esse título, incluindo multas, correções monetárias e acréscimos de mora.

### **III – RESPONSABILIDADES E GARANTIA**

3.1. A empresa Contratada assumirá toda a responsabilidade pela fornecimento e aplicação de materiais/equipamentos e pela execução dos serviços e instalações realizadas, respondendo pela sua conformidade técnica, solidez e segurança em relação à Contratante e a terceiros, nos termos fixados no §§ 2º e 6º do art. 140, da Lei 14.133, de 2021, c/c art. 618, do Código Civil (Lei . 10.406/2002).

3.2. A empresa Contratada deverá observar rigorosamente todas as exigências e direitos previstos na legislação trabalhista vigente, inclusive com relação às normas de segurança e medicina do trabalho, respondendo, de forma exclusiva, pelos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do objeto da contratação, nos termos estabelecidos no art. 121 da Lei 14.133, de 2021.

3.3. A empresa Contratada obriga-se a reparar, corrigir, reconstruir ou substituir, parcial ou totalmente, serviços, materiais ou equipamentos executados/fornecidos com defeitos, vícios ou desconformidades técnicas com as

especificações contidas no Projeto Básico e Executivo (e seus anexos), nos termos albergados no art. 119 da Lei 14.133, de 2021.

3.4. A empresa Contratada assumirá a responsabilidade sobre quaisquer danos causados ou ocorridos em equipamentos, instalações ou bens existentes no imóvel e adjacentes, bem como danos pessoais a terceiros e à servidores ou magistrados da Instituição, durante a execução dos serviços, nos termos fixados no art. 120 da Lei 14.133, de 2021.

3.5. A empresa Contratada responderá pela perfeição, solidez e segurança de materiais fornecidos e aplicados e pelos e serviços executados pelo prazo de 05 ANOS, nos termos contidos no §§ 2º e 6º do art. 140, da Lei 14.133, de 2021, c/c art. 618, do Código Civil (Lei 10.406/2002).



Documento assinado eletronicamente por **JORGE LUIZ NOGUEIRA VIEIRA, ANALISTA JUDICIÁRIO/ ADMINISTRATIVA**, em 01/09/2023, às 15:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **3751593** e o código CRC **9524F906**.